

2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO

Avaliação Ambiental da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes

Novembro 2023

Relatório de Avaliação e Controlo da Avaliação Ambiental do Plano Diretor
Municipal de Paredes

Índice

1. Introdução.....	3
2. Dinâmica.....	3
3. Enquadramento.....	4
4. Atualização do Quadro de Referência Estratégica (QRE).....	6
5. Diretrizes de Gestão e Minimização e Potenciação dos Efeitos do Plano no Ambiente.....	8
6. Eficiência do quadro de referência estratégico e condições ou orientações adicionais.....	10
7. Avaliação e Controlo Ambiental.....	16
8. Efeitos.....	21
9. Recomendações Executadas no âmbito da Gestão e Medidas de Minimização.....	23
10. Considerações Finais.....	25

1. Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Monitorização e Controlo do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 junho com as alterações decorrentes do Decreto-Lei nº 58/2011, de 4 de maio, no âmbito do Regime Jurídico de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

2. Dinâmica

A 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes (PDM) foi publicada pelo Aviso nº 6327/2014, de 22 de maio.

A 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, foi objeto das seguintes alterações

- 1ª Alteração do PDM Paredes pelo Aviso (extrato) nº 14770/2018, de 15 de outubro (alterações pontuais de carácter normativo e de qualificação e categorização do solo)
- 2ª Alteração do PDM Paredes, pelo Aviso nº 14614/2021, de 3 de agosto. (alteração para adequação ao Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas

A 1ª Alteração ao PDM não foi sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) considerando que à data, a alteração se enquadrava nas exceções de isenção atendendo a :

“a) O Plano promovia uma política de qualidade ambiental, garantindo a aplicabilidade da legislação em vigor em matéria de ambiente;

b) Tratava-se de alterações pontuais de carácter normativo e de qualificação e categorização do solo nos termos da legislação em vigor ou seja, de acordo com a classificação do solo nos termos do Decreto regulamentar nº 15/2015;

c) Prespetivava-se as mesmas características dos impactes com a aplicação da revisão do PDM em vigor.”

A 2ª Alteração ao PDM teve por base o Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) – Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, designadamente o disposto no n.º 1 do artigo 12.º – *“nos casos de deliberação favorável ou favorável condicionada que tenha por pressuposto a desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativo dos particulares a entidade competente deve promover a alteração, revisão ou elaboração do instrumento de gestão territorial em causa, no sentido de contemplar a regularização do estabelecimento ou exploração”,* e, não foi sujeita a AAE dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 12.º do acima citado decreto-lei, o qual menciona *“a alteração, a revisão ou a elaboração dos instrumentos de gestão territorial previstos no número anterior está sujeita a discussão pública pelo prazo de 15 dias, sem prejuízo das regras de aprovação, publicação e depósito, nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial em vigor, não lhe sendo aplicáveis os demais trâmites previstos neste regime, incluindo a respetiva avaliação ambiental”.*

3. Enquadramento

A avaliação ambiental estratégica (AAE) pretende garantir um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e, visando promover um desenvolvimento sustentável.

O Plano Diretor Municipal estabeleceu objetivos estratégicos constantes no regulamento Pretende este relatório proceder à avaliação e controlo ambiental, conforme previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, a fim de identificar eventuais efeitos negativos imprevistos, e avaliar a evolução dos indicadores ambientais presentes na Declaração Ambiental e o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos no Relatório.

A avaliação ambiental estratégica desempenha funções importantes nomeadamente a de integração das questões ambientais e de sustentabilidade nos processo estratégicos de planeamento e programação que permitam a qualidade das decisões atuais e futuras, a função

avaliação de opções estratégicas relativamente às oportunidades e riscos para o ambiente e para os processos de sustentabilidade inerentes ao seguimento de determinadas estratégias; a função validação do modo como a AAE contribuiu para uma maior eficiência dos processos estratégicos e para uma maior qualidade dos seus resultados.

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) estruturam a avaliação estratégica, traduzindo as principais dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável nacional no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal. A definição dos Fatores Críticos para a Decisão, a seguir enunciados e sumariamente descritos, resultaram de uma análise integrada das questões estratégicas (QE) formulados para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, das questões ambientais relevantes identificadas com base na legislação em vigor e no âmbito, natureza e alcance deste plano territorial e do Quadro de Referência Estratégico (QRE), bem como das sugestões e recomendações das entidades consultadas no âmbito dos procedimentos legalmente estabelecidos para a definição do âmbito da avaliação ambiental estratégica.

FCD – Ordenamento do Território

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação territorial, da consolidação e do desenvolvimento; aumento da identidade e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos.

FCD – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na integridade da qualidade física do ambiente, na conservação, proteção, sustentável e valorização das componentes biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais.

FCD – Competitividade e atividade económica

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, emprego. Melhoria na visibilidade internacional do Concelho

FCD – Qualidade Ambiental

Aborda a dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspetos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade da água e do ar, o ruído e os riscos naturais e tecnológicos (infraestruturas, equipamento e áreas públicas)

4. Atualização do Quadro de Referência Estratégica (QRE)

Ao nível do Quadro de referência estratégica, verificou-se a revisão, alteração e publicação de novos documentos de orientação estratégica.

Elencam-se abaixo os que foram alvo de consideração no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal e os que de forma direta ou indireta serviram de base na Avaliação e Controlo em apreço.

QRE -RPDM	Data de Aprovação	Atualização	
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2007)	2007	ENDS2015	
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013	2007	Portugal 2020 (2014-2020)	Portugal 2030
Plano Nacional de Política de Ordenamento do território, (2007)	2007	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	
Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	Não chegou a ser concluído		
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água,	2005		
Plano da Bacia Hidrográfica do Douro	2001		
		Plano de Gestão da Rede Hidrográfica do Douro (2013)	Em execução

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega	2007	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Entre Douro e Minho	
Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade	2001	Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030	
Plano Nacional das Alterações Climáticas	2006	Programa Nacional para as alterações climáticas (2015)	Revogado pelo Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030) 2020
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos	2007	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030	
Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013)	2007	Estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais (PENSAAR 2020) (2015)	PENSAAR2030 (em desenvolvimento)
Plano Sectorial da Rede Natura 2000			
Plano Estratégico Nacional para o Turismo			Estratégia para o Turismo 2027 (2017)

Remete-se abaixo o QRE atualizado, a nível supramunicipal, de referir que apenas se considerou os mais relevantes no âmbito da sustentabilidade para o Município de Paredes.

Plano Nacional da Água 2022-2027

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020

Plano Nacional Energia Clima 2030

Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas 2020-2030

Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014-2020
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020+
Estratégia Portugal 2030
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030
Plano Setorial Rede Natura 2000
Estratégia Nacional para as Florestas 2030
Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território 2030
Estratégia Nacional para as Cidades Sustentáveis 2020
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020
Estratégia Turismo 2027
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Plano Rodoviário Nacional
Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3)
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Entre Douro e Minho

5. Diretrizes de Gestão e Minimização e Potenciação dos Efeitos do Plano no Ambiente

Ordenamento do Território

- Controlo estrito e maior operacionalização das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definida para as várias categorias de espaços rurais definidas no modelo de ordenamento do território.
- Conter a edificação difusa fora dos perímetros urbanos através de uma maior disponibilização de solos infraestruturados nas áreas urbanas consolidadas.
- Avaliação sistemática de alternativas para a minimização dos conflitos de usos ou das incidências ambientais provocados pela expansão da atividade extrativa e de infraestruturas em sistemas ecológicos e recursos naturais considerados fundamentais para a proteção e valorização ambiental do território.

- Avaliação da utilização dos recursos endógenos com base em usos múltiplos, que contribuem para a diversificação das atividades produtivas que sustentam a economia local.
- Monitorização da eficácia das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas no modelo de ordenamento do território;
- Monitorização da evolução das dinâmicas de urbanização em solo urbano
Infraestruturado

Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais

- Criar condições para a implementação das medidas definidas no PMDFCI de modo a reduzir o número e área ardida de incêndios florestais.
- Identificação da degradação de habitats naturais ou ecossistemas, resultante da implementação de infraestruturas ou outras atividades.

Competitividade e Atividade Económica

- Monitorização do aumento de oferta turística.
- Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta de emprego.
- Monitorização da qualidade e nível de vida da população provocado pelo surgimento de novas atividades empresariais.
- Monitorização dos efeitos negativos para o ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades industriais.
- Controlo estrito e operacional das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território.

Qualidade Ambiental

- Monitorizar os efeitos ambientais negativos decorrentes do aumento dos níveis de poluição sonora, hídrica, atmosférica e erosão do solo.
- Monitorização dos níveis de ruído e da contaminação do solo e da água nas zonas adjacentes aos eixos viários principais.
- Avaliação da eficácia das medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais definidas pelo PMDFCI.

6. Eficiência do quadro de referência estratégico e condições ou orientações adicionais

A atualização e divulgação dos resultados de controlo, de acordo com a legislação em vigor, deve ser anual por parte das entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas. No entanto, é na fase da 2ª Revisão do PDM Paredes que se justifica uma ação de monitorização de medidas de controlo estabelecidas no procedimento de AAE que acompanhou a 1ª Revisão do PDM no período 2015 a 2022.

De acordo com o regulamento do PDM em vigor em análise em específico o artigo 105º - Programação estratégica da execução do Plano, informa que :

“1. A programação da execução do presente Plano será determinada pela Câmara Municipal através da aprovação de programas anuais de concretização das ações e prioridades de desenvolvimento urbanístico do concelho, em acordo com as UOPG identificadas na planta de ordenamento – Programa de Execução, ou de outras que venham ser delimitadas, definindo instrumentos de execução necessários à sua concretização”.

De acordo com o “Programa de Execução” foi identificado previamente as ações que concorreram para a concretização do plano, as entidades envolvidas e grau de prioridade, e, num segundo momento, foram agrupadas as ações nas diferentes categorias correspondentes que estruturaram o modelo de execução preconizado para o plano.

Constata-se assim as seguintes ações:

	Ações	Participação/ Entidades Responsáveis	Grau de execução
UOPG	UOPG 1 - Plano de Urbanização Parque Empresarial de Lordelo	Município, Entidades Privadas	Executado parcialmente
	UOPG 2 – (Plano de Urbanização de) Lordelo		O Plano de Urbanização não foi concretizado, no entanto foram genericamente

			concretizados os objetivos através de operações urbanísticas avulsas, pelo que se considera que foi o grau de execução foi executado parcialmente.
	UOPG 3 - Plano de urbanização da Cidade de Paredes	Município, Entidades Publicas e Entidades Privadas	Executado parcialmente
	UOPG 4 - Plano de Urbanização de Rebordosa Parcial de Lordelo, Vilela e Astromil	Município, Entidades Publicas e Entidades Privadas	Executado parcialmente
	UOPG 5 - Plano de Pormenor do Centro Urbano de Rebordosa e Zona Envolvente	Município, Entidades Privadas	Não executado
	UOPG 6 - Plano de Urbanização da Zona Empresarial da Serrinha	Município, Entidades Publicas e Entidades Privadas	O Plano de Urbanização não foi concretizado, no entanto foram genericamente concretizados os objetivos através de operações urbanísticas avulsas, pelo que se considera que foi o grau de execução foi executado parcialmente.
	UOPG 7 - Plano de Urbanização de	Município,	Executado

	Gandra	Entidades Privadas	parcialmente
	UOPG 8 - Plano de Pormenor Central de Gandra	Município, Entidades Publicas e Entidades Privadas	O UOPG encontra-se em vigor, contudo não se verificou a efetiva execução do mesmo.
	UOPG 9 - Zona Empresarial de Baltar/Parada	Município, Entidades Privadas	O Plano de Urbanização não foi concretizado, no entanto foram genericamente concretizados os objetivos através de operações urbanísticas avulsas, pelo que se considera que o grau de execução foi executado parcialmente.
	UOPG 10 - Plano de Pormenor Cidade Desportiva de Paredes	Município, Entidades Privadas	O Plano de Pormenor não foi concretizado, no entanto foram concretizados alguns dos objetivos através de operações urbanísticas avulsas, pelo que se considera que foi o grau de execução foi executado parcialmente.
	UOPG 11 - Plano de Pormenor	Município,	Não executadono

			Encosta de Santiago	Entidades Privadas	
			UOPG 12 - Plano de Pormenor Parque de Louredo	Município, Entidades Privadas	Não executado
Rede Viária	Arruamentos Propostos	Fundamental Principal	CRECP	Município e Entidades Públicas	Não executado
			CREB	Município e Entidades Públicas	Não executado
		Fundamental Secundária	Rota dos Móveis	Município	Não executado
			Acessibilidades A41	Entidades Públicas	Não executado
			Via Cete/Parada	Município e Entidades Públicas	Não executado
			Via ER 319/Vandoma	Município, Entidades Privadas	Não executado
			Via Alvre /Stª. Comba	Município	Não executado
			Via Gandra/Terronhas	Município, Entidades Privadas	Não executado
			Via Parada/Apeadeiro	Município e Entidades Públicas	Não executado
			Via ZIL/Lordelo	Município	Não executado
			Via Serrinha/Parteira	Município e Entidades Públicas	Não executado
Equipamentos	Desportivos Propostos	Pavilhão Gimnodesportivo de Gandra	Município e Entidades Públicas	Executado	
		Pavilhão Gimnodesportivo de Vilela	Município e Entidades	Executado	

			Públicas	
		Pavilhão Gimnodesportivo de Vandoma	Município e Entidades Públicas	Executado
		Pavilhão Gimnodesportivo de Recarei	Município e Entidades Públicas	Executado
Educativos Propostos		Centro Escolar EB1/JI de Baltar	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Bitarães	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Cete	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Duas Igrejas	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Gandra	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Lordelo nº1	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Lordelo nº 2	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Mouriz	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Paredes	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Rebordosa nº1	Município e Entidades	Executado

			Públicas	
		Centro Escolar EB1/JI de Rebordosa nº 2	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Recarei	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Sobreira	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Sobrosa	Município e Entidades Públicas	Executado
		Centro Escolar EB1/JI de Vilela	Município e Entidades Públicas	Executado

7. Avaliação e Controlo Ambiental

Critérios	Descrição	Indicadores	Parâmetros	Periodicidade de recolha	Ano										
					2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Ocupação e uso do solo	Avaliação da consolidação e da dispersão da malha urbana, da alteração do uso do solo	Área de REN utilizada por intervenção de génese legal	m ²	Anual			305 276,4	974 310,2	299 095,3	495 715,4	1 168 688,8	74 473,5	107 084		
		Área de REN utilizada por intervenção de génese ilegal	m ²	Anual	184	200	245,4	0	20	0	0	250	0		
		Percentagem da área afeta à RAN sujeita à agricultura	m ²	Anual	27647600	27647600	27647600	27647600	27647600	27647600	27647600	27647600	27647600	27647600	
		Área de RAN utilizada por intervenção de génese legal*	m ²	Anual											
		Área de RAN utilizada por intervenção de génese ilegal*	m ²	Anual	-	-	-		-		-	-	-		
		Variação do território ocupado por espaços agrícolas e florestais (território com uso Agrícola e território com uso florestal m ²)	m ² (Agricultura)	Anual	22,9	-	-	23,09	-	-	-	-	-	-	
			m ² (Floresta)	Anual	46,3	-	-	45,93	-	-	-	-	-	-	
		Índice anual de execução das UOPG, medido pelo n.º de projetos previstos com início de execução no referido ano	Nº Projetos	UOPG1		Anual	3			4	1	1	1	3	
				UOPG2		Anual	16	19	8	12	14	12	22	19	
				UOPG3		Anual	31	29	33	35	41	35	36	45	
				UOPG4		Anual	20	18	17	25	20	20	37	36	
				UOPG5		Anual		1		1	2		3	4	
				UOPG6		Anual	2	6	4	8	8	3	6	7	
				UOPG7		Anual	14	17	15	19	17	17	23	14	
UOPG8				Anual	1			1	1	2					
UOPG9				Anual		4	2	2	4	1	1	4			
UOPG10				Anual				1			1				
UOPG11				Anual	2										
UOPG12				Anual	2	1		1	1						
Percentagem da área edificada em espaços urbanizáveis e infraestruturados	%	Anual	53,53	54,03	54,66	55,58	56,33	56,84	57,02	59,12	59,12*				
Coesão e gestão territorial	Avaliação da racionalização das redes de infraestruturas, das condições de alojamento, acesso e cobertura das principais redes de equipamentos e serviços públicos coletivos, da mobilidade, das dinâmicas de urbanização, da	Taxa de implementação da Carta Educativa	%	Anual	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
		Variação da cobertura da rede de apoio social*	%						67	67					
		Variação da cobertura dos serviços de transporte público	%	Anual	100	100	100	100	100	100	100	100			

programação da expansão urbana e avaliação do estado social	Investimento em redes de infraestruturas	€	Anual	2.019.604,19	4.572.606,03	5.425.997,65	1.151.871,01	1.388.580,47	5.149.076,24			
	Capitação de espaços verdes	m2/hab	Anual			1,35			0,34			
	Equipamentos desportivos	Nº	Anual	75	77	78	78	80	80			
	Espaços verdes de utilização coletiva associados à prática desportiva	Nº	Anual	5	5	6	7	8	9			
	Níveis de atendimento	Nº de médicos / 1000 habitantes	Anual	1,4	1,6	1,7	1,9	2	2,1			
	Varição dos conflitos legais/agressão - violação	Nº	Anual	577	628	611	513		489			
Biodiversidade	Evolução da ocupação florestal	ha	Anual	8777,58			8762,21					
	Nº de projetos envolvendo os ecossistemas e espécies prioritárias	Nº	Anual	1	3	4	5	5	4			
	Área de manutenção dos ecossistemas e espécies prioritárias	ha	Anual					1,52	41,9	6,5		
	Nº de licenciamentos em área da rede Natura 2000	No	Anual	1	1	2		3	3	6	2	
Estrutura Ecológica	Área da EEM, por sistema biofísico preservado/valorizado	m2	Anual						420000			
	Área da REN, por sistema biofísico preservado/valorizado	m2	Anual						380000			
	Pedidos de desafetação da REN*	Nº	Anual									
	Nº de Projetos de proteção, salvaguarda, preservação, valorização e promoção	Nº	Anual	1	3	4	5	5	4			
Património	Varição do património classificado ou em vias de classificação	Nº	Anual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Estado de conservação do património classificado*	Bom / Razoável / Deficiente	Anual									
	Investimento em património	€	Anual					361987,36				
	Nº de atividades culturais associadas ao património	Nº	Anual	6	6	6	5	5	4	4	41	
	Nº de requalificações patrimoniais*	Nº	Anual									
Avaliação das atividades económicas ao nível da diversificação, da complementaridade e modernização da	Variação do Nº e tipo das atividades económicas	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Nº	Anual	357	322	349	335	329	303	296	
		Indústrias extrativas			1	1	1	1	1	1	1	

	base produtiva numa perspetiva de sustentabilidade	Indústrias transformadoras		1216	1229	1222	1241	1244	1222	1237			
		Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio		6	17	19	18	18	20	19			
		Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição		13	13	13	13	12	12	13			
		Construção		478	490	505	540	583	609	671			
		Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos		2017	2057	2073	2083	2112	2078	2134			
		Transportes e armazenagem		96	97	97	103	114	118	131			
		Alojamento, restauração e similares		549	560	580	566	572	545	523			
		Atividades de informação e de comunicação		35	38	46	53	58	54	60			
		Atividades imobiliárias		159	172	199	225	246	254	283			
		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		515	544	582	622	619	641	663			
		Atividades administrativas e dos serviços de apoio		515	544	582	622	619	641	663			
		Educação		295	291	301	355	385	386	388			
		Atividades de saúde humana e apoio social		529	582	593	624	654	705	761			
		Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas		130	129	140	138	145	145	148			
		Outras atividades de serviços		314	337	372	408	421	452	460			
Nº de referências a nível internacional*		Nº											
Variação da capacidade de alojamento turístico		Nº	Anual	388	393	418	416	426		310	355		
Nº de empreendimentos turísticos		Nº	Anual	2	2	2	2	2	2				
Nº de intervenções por tipo nas indústrias*		Nº	Anual										
Taxa de ocupação dos espaços industriais*		%	Anual										
Nº de empresas e indústrias certificadas*		Nº	Anual										
Dimensão humana	Avaliação da qualificação dos recursos humanos, da criação e/ou aumento do emprego e da sua qualidade	Variação da taxa de desemprego		%	Anual					8,7			
		Variação da qualificação da população	Inferior ao 1.º ciclo		Nº	Anual	109	98	91	77	82	66	71
			1.º ciclo do ensino básico		Nº	Anual	2487	2424	2382	2386	2262	2018	1970
			2.º ciclo do ensino básico		Nº	Anual	3617	3730	3741	3757	3529	3357	3484
3.º ciclo do ensino básico		Nº	Anual	3732	4098	4318	4519	4362	4400	4346			

		Ensino secundário	Nº	Anual	3617	3730	3741	3757	3529	3357	3484		
		Curso técnico superior profissional	Nº	Anual			3	5	8	8	12		
		Bacharelato	Nº	Anual	122	141	139	145	170	154	144		
		Licenciatura	Nº	Anual	1092	1252	1428	1619	1602	1559	1744		
		M estrado	Nº	Anual	129	160	201	228	260	268	269		
		Doutoramento	Nº	Anual	79	77	77	91	100	102	109		
		Varição da qualificação dos recursos humanos	%	Anual		66%	70%	73%	73%	77,60%			
		Varição da criação de emprego (Nº) e da sua qualificação*	Nº	Anual									
Saneamento e Abastecimento de Água	Avaliação do grau de cobertura das redes de saneamento e abastecimento de água (ERSAR)	Taxa de cobertura da rede de drenagem das águas residuais *	%	Anual									
		Taxa de cobertura da rede de abastecimento de água*	%	Anual									
		Consumo de água por habitante da rede pública*	m³	Anual									
Resíduos	Avaliação do sistema de recolha de resíduos	Quantidade de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos	ton	Anual	2034,12	2360,67	2115,16	2466,55	2637,34	3595,04			
		Quantidade e tipo de produção de resíduos /habitante	Kg/hab/ano	Anual	23,65	27,44	24,59	28,68	30,66	41,4			
Qualidade do Ar	Avaliação da qualidade do Ar	Nº de emissões que ultrapassam os limites*	Nº	Anual									
		Varição das emissões*	Vários	Anual									
Ruído	Avaliação do ruído	Quantidade de população afetada por níveis elevados de ruído	Nº	Anual	2263	2263	2263	2263	2263	2263	2398	2398	2396
		Níveis de ruído*	dB (A)	Anual									
Riscos Naturais e Tecnológicos	Avaliação da suscetibilidade do território aos riscos naturais e tecnológicos	Número de ocorrências acidentes rodoviários	Nº	Anual	311	332	357	380	367	284			
		Número de ocorrências acidentes indústria	Nº	Anual	18	13	14	13	21	16			
		Varição da área ocupada por tipologia de indústria	ha	Anual					32	52			
		Número de edifícios com projeto e planos de segurança contra incêndios em edifícios aprovados e implementados	Nº	Anual							32	52	

	Varição da área florestal ardida	ha	Anual	76,2	1226	590	38,2	65,6	349,9	36,1	359	
	Varição do número de ocorrências de incêndios florestais	Nº	Anual	437	709	481	345	266	481			
	Número de ações/programa do PMDFCI cumpridos*	Nº	Anual									

Dá-se nota que alguns Indicadores () não foram possíveis mensurar, derivado de deixaram de ser publicados pelas entidades, ou dada a elevada complexidade dos mesmos , ou, são de entidades terceiras.

8. Efeitos

Os parágrafos que se seguem representam a síntese dos principais dos efeitos positivos/vantagens ou efeitos negativos/desvantagens identificadas em sede da Avaliação Ambiental estratégica obtidas para cada FCD, constantes no Relatório Ambiental e apresentadas à decisão.

Ordenamento do Território

O objetivo do Plano era promover uma correta qualificação do solo rural e urbano no seu conjunto, minimizando conflitos de uso ocupação / transformação do solo, visando promover o melhor ordenamento do espaço urbano, através de uma maior equidade no acesso a bens, serviços e equipamentos fundamentais, o que se verifica ter sido alcançado e materializado nomeadamente através de obras de proximidade relativas aos equipamentos escolares e desportivos e na requalificação da rede viária.

No espaço rural o plano contribui para uma utilização sustentável dos recursos naturais, e para a proteção / requalificação do património cultural e edificado no espaço urbano, como se pode observar pela requalificação de alguns equipamentos que se encontravam com necessidade de requalificação. De salientar a criação e integração na Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, bem como a reabilitação do atual Pavilhão Multiusos assim como o Estádio Municipal das Laranjeiras.

Efeitos negativos decorrente da fragmentação e degradação ambiental de sistemas ecológicos e valores/recursos fundamentais para a sustentabilidade e equilíbrio ambiental provocada pela desafetação de áreas da REN e da RAN para a ampliação e beneficiação da rede viária, contudo a beneficiação da rede viária melhorou as condições de segurança na sua utilização.

Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais

Minimização das dissonâncias ambientais e paisagísticas através da proposta de usos de ocupação e transformação do território em função do uso dominante.

A Identificação do património e a definição de normas regulamentares com vista a sua proteção e valorização permitiu a sua salvaguarda com especial enfoque nas espécies listadas na diretiva Habitats, e, elevou o conhecimento e apreensão da importância do património natural pela população.

A criação da Paisagem Protegida de âmbito Regional Parque das Serras do Porto é exemplo das imensas potencialidades que o território detém e as mais-valias que poderá gerar para os proprietários e residentes.

Impõe condicionantes ao uso do solo em áreas naturais com proteção antecipando desta forma eventuais suscetibilidades e/ou impactos por práticas menos adequadas.

Constata-se a valorização e proteção de áreas naturais através da sua integração em espaços naturais e na EEM.

A proteção e valorização dos recursos do território, quer sejam naturais, culturais ou patrimoniais, constitui um vetor importante para a dinamização do sector do turismo potenciando a gestão mais adequada/sustentável por parte da Associação de Municípios Parque da Serra do Porto e do próprio Município, como se pode constatar.

Competitividade e Atividade Económica

A concentração e localização das atividades industriais num local adequado, com boas acessibilidades, contribuiu para um melhor planeamento e ordenamento do território, como se pode comprovar pelas áreas industriais junto aos nós de acesso às autoestradas atente-se o Parque Industrial Baltar/Parada ou à área Industrial em Gandra e Rebordosa ou mesmo em Lordelo.

Deverá ser dada continuidade ao enfoque competitividade e coesão territorial, baseada nas atividades empresariais e atividades logísticas, as quais são reconhecidas a nível internacional.

Possibilidade de desenvolvimento de uma filosofia empresarial baseada no conhecimento, na informação e na procura da inovação, o que irá produzir uma nova dinâmica nas atividades empresariais, o que já se denota com a tipologia de empresas que vêm a manifestar o interesse em se instalar neste Concelho., atente-se à fixação de novas áreas de negócio e atividades de

valor acrescentado, o que permite a dinamização e diversificação das atividades económicas no Concelho.

Contudo, a instalação de novas empresas está dependente da conjuntura a nível nacional e internacional, como veio a demonstrar pela Pandemia.

É necessário que se tenha a consciencialização de que a proximidade às grandes infraestruturas rodoviárias, à área metropolitana do Porto, ao aeroporto e ao Porto Leixões, se traduz no, aumentado dos níveis de poluição sonora, da contaminação do solo e do ar provocado pela intensificação do tráfego rodoviário, no entanto, na construção e manutenção das autoestradas já foram contemplada medidas minimizadoras como as barreiras acústicas na proximidade da aglomerados populacionais.

Possibilidade de fragilização dos restantes nichos empresariais existentes no Concelho, caso não se tenha a devida atenção no seu desenvolvimento de uma estratégia de integrada de desenvolvimento e / ou deslocalização desses nichos industriais.

Qualidade Ambiental

Integração das redes de saneamento em sistemas multimunicipais para uma maior eficiência na sua gestão, bem como foi efetuado o resgate da Concessão de água e saneamento, o potencialmente promove a melhoria dos níveis de atendimento da população em sistemas de saneamento, abastecimento promovendo uma maior qualidade de vida da população.

Durante o período de vigência do Plano de ordenamento em vigor, foi promovido o ordenamento e desenvolvimento de atividades em função das aptidões e potencialidades do território, assim como foi defendido a utilização racional dos recursos naturais acautelando usos e atividades em áreas mais sensíveis ao risco, atentos ao regulamento.

9. Recomendações Executadas no âmbito da Gestão e Medidas de Minimização

Ordenamento do Território

O Controlo estrito e maior operacionalização das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definida para as várias categorias de espaços, foi efetuado nomeadamente no âmbito dos processos de licenciamento, dos pedidos de Parecer ou na fiscalização preventiva

A avaliação sistemática de alternativas para a minimização dos conflitos de usos, ou das incidências ambientais provocados pela expansão da atividade extrativa e de infraestruturas em sistemas ecológicos e recursos naturais considerados fundamentais, assim como a proteção e valorização ambiental do território, foi genericamente alcançada considerando o conhecimento que se detém do território alicerçado em documentos/estudos científicos.

Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais

O Parque das Serras do Porto potenciou a criação de condições para a implementação de medidas e ações, nomeadamente no âmbito da defesa da floresta contra os incêndios de modo a reduzir o número e área ardida de incêndios florestais, com uma dinâmica diferenciadora pois promoveu uma forte comunicação e interligação entre os técnicos dos Municípios que integram a Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, desencadeando vários estudos científicos, para o qual se destaca o estudo cuidado ao nível dos três Concelhos relativo aos fogos florestais e à defesa da Floresta contra incêndios.

Paulatinamente tem-se efetuado a identificação da degradação de habitats naturais ou ecossistemas, e, fomentado a atuação no sentido da sua reabilitação, assim como no controlo de espécies invasoras, e estimulando a participação da comunidade e da população em geral nestas ações e atividades.

Competitividade e Atividade Económica

Tem sido desencadeada a promoção do território, nas suas diversas valências, incluindo valores patrimoniais, culturais e naturais, o que colabora para prevenir potenciais constrangimentos e promover a qualidade da oferta.

O Município detém um papel importante na promoção ao nível das atividades empresariais, contribuindo para a instalação de empresas, fomentando o aumento da oferta de emprego.

O regulamento do PDM em vigor instiga a preocupação em momento prévio à instalação de atividades ou unidades industriais no sentido de evitar os efeitos negativos. De referir que, mesmo depois da instalação, quando se verificar que potencialmente possa estar em causa efeitos negativos, esta poderá ser alvo de vistoria.

Em sede de licenciamento, é desencadeado o controlo estrito e operacional das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território.

Qualidade Ambiental

A monitorização dos efeitos ambientais negativos nomeadamente decorrentes do aumento dos níveis de poluição, nomeadamente hídrica permitiu atuar pelo que, à data está a ser implementado o projeto de Reabilitação e valorização do Rio Ferreira. Possibilitou também intervenções em áreas importantes ao nível do património natural, designadamente controlo de espécies invasoras.

A monitorização permite uma melhor gestão no sentido de priorizar as necessidades e as intervenções.

10. Considerações Finais

O controlo da evolução dos vários fatores críticos subjacentes à Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM de Paredes foi realizado tendo em consideração o Programa de Avaliação e Controlo Ambiental estabelecido e com as diretrizes de governança.

O Presidente da Câmara Municipal de Paredes

Dr. Alexandre Almeida